



ESTADO DO TOCANTINS
PODER LEGISLATIVO

9ª Legislatura, 1ª Sessão Legislativa

20 de fevereiro de 2019

Ata da Décima Sessão Ordinária

Às nove horas do dia vinte do mês de fevereiro do ano de dois mil e dezenove, reuniram-se as Senhoras e os Senhores Deputados, no Plenário desta Casa de Leis, nesta Capital, em Sessão Ordinária, presidida pelo Senhor Deputado Antonio Andrade, secretariado pelos Senhores Deputados Jorge Frederico, Primeiro-Secretário e Vanda Monteiro, Segunda-Secretária. Sob a proteção de Deus, havendo número legal e em nome do povo tocantinense, o Senhor Presidente declarou aberta a Sessão, com a presença dos Senhores Deputados Cleiton Cardoso, Eduardo do Dertins, Eduardo Siqueira Campos, Elenil da Penha, Fabion Gomes, Issam Saado, Ivory de Lira, Jair Farias, Jorge Frederico, Nilton Franco, Olyntho Neto, Professor Júnior Geo, Ricardo Ayres, Zé Roberto Lula e das Senhoras Deputadas Amália Santana, Claudia Lelis, Valderez Castelo Branco e Vanda Monteiro. Estavam ausentes os Senhores Deputados Amélio Cayres, Léo Barbosa, Valdemar Júnior, Vilmar de Oliveira e a Senhora Deputada Luana Ribeiro. Após a leitura



ESTADO DO TOCANTINS
PODER LEGISLATIVO

do Texto Bíblico, o Senhor Presidente, nos termos do art. 26, inciso I, alínea “c” do Regimento Interno, submeteu as Atas das Sessões anteriores à apreciação do Plenário, as quais foram aprovadas. Em seguida, foram lidos e despachados os Expedientes: Mensagem número 06/2019, de autoria do Senhor Governador do Estado, encaminhando o Projeto de Lei Complementar número 01/2019, que “extingue a Fundação Radiodifusão Educativa do Estado do Tocantins – Redesat, e adota outras providências”; Mensagem número 07/2019, de autoria do Senhor Governador do Estado, encaminhando o Projeto de Lei Complementar número 02/2019, que “revoga dispositivos das Leis que especifica”; Projeto número 17/2019, de autoria do Senhor Deputado Zé Roberto Lula, que “declara de Utilidade Pública Estadual a Associação dos Pequenos Produtores Rurais da Mansinha e Região – Aspruma, localizada no município de Santa Tereza do Tocantins – TO”; Ofício de autoria da Senhora Deputada Amália Santana, informando que foi deliberado na Reunião de Instalação da Comissão Permanente de Defesa dos Direitos da Mulher que as Reuniões Ordinárias acontecerão às quintas-feiras, às dezesseis horas; Ofício de autoria do Senhor Deputado Léo Barbosa, informando que foi deliberado na Reunião de Instalação da Comissão Permanente de Acompanhamento e Estudos de Políticas Públicas para Juventude que as Reuniões



ESTADO DO TOCANTINS
PODER LEGISLATIVO

Ordinárias acontecerão às quintas-feiras, às dezessete horas; Ofício número 120/2019, oriundo da Secretaria-Executiva de Governo, em resposta a Requerimento de autoria do Senhor Deputado Jorge Frederico; Ofício número 121/2019, oriundo da Secretaria-Executiva de Governo, em resposta a Requerimento de autoria do Senhor Deputado Eduardo Siqueira Campos; Ofício número 122/2019, oriundo da Secretaria-Executiva de Governo, em resposta a Requerimento de autoria do Senhor Deputado Amélio Cayres. Na Apresentação de Matérias, foram entregues os Requerimentos que receberam os números 288 a 297. Logo após, foi aprovada a urgência do Requerimento que recebeu o número 288/2019, de autoria do Senhor Deputado Jair Farias. No horário destinado às Comunicações, usou a tribuna o Senhor Deputado Zé Roberto Lula. Na Ordem do Dia, o Senhor Presidente, por solicitação da Senhora Deputada Valderez Castelo Branco, Líder do Governo, retirou da pauta de votação as Mensagens de Vetos números: 22/2018, de autoria do Senhor Governador do Estado, que “veta integralmente o Autógrafo de Lei número 50, de 4 de julho de 2018, que dispõe sobre a instituição de equipe de transição pelo candidato eleito para o cargo de Governador do Estado”, que deu origem ao processo número 102/2018; e 23/2018, de autoria do Senhor Governador do Estado, que “veta integralmente o Autógrafo de Lei número 60, de 4 de julho de



ESTADO DO TOCANTINS
PODER LEGISLATIVO

2018, que institui o Programa de Fiscalização e Cadastro de Jovens Moradores de Rua e dá outras providências correlatas”; que deu origem ao processo número 103/2018. Foram anunciados, em turno único de discussão e votação, o Recurso ao Plenário, de autoria do Senhor Deputado Eli Borges, referente ao processo número 57/2018, que “requer ao Plenário contra a rejeição do Projeto de Lei número 6, de 31 de janeiro de 2018, que institui o Comitê Gestor de Enfrentamento às Drogas, vinculado à Secretaria de Estado de Cidadania e Justiça – Seciju, e dá outras providências”, que deu origem ao processo número 57/2018; Recurso ao Plenário, de autoria do Senhor Deputado Elenil da Penha, referente ao processo número 95/2018, que “requer ao Plenário contra a decisão da Comissão de Constituição, Justiça e Redação, sobre o Projeto de Lei número 65/2017, que altera dispositivo da Lei Ordinária Estadual número 2.578, de 20 de abril de 2012”, que deu origem ao processo número 95/2018; Recurso ao Plenário, de autoria do Senhor Deputado Jorge Frederico, referente ao processo número 296/2017, que “requer ao Plenário contra a decisão da Comissão de Constituição, Justiça e Redação, sobre o Projeto de Lei número 213, de 8 de novembro de 2017, que dispõe sobre a isenção de taxa de renovação da carteira de habilitação a pessoas com idade não inferior a 65 anos”, que deu origem ao processo número 296/2017; os quais votados, foram



ESTADO DO TOCANTINS PODER LEGISLATIVO

aprovados e seguem a tramitação normal. Foram anunciados, em primeira fase de discussão e votação, os Projetos de Lei números: 4/2018, de autoria do Senhor Governador do Estado, que “institui o Centro de Atendimento Educacional Especializado – Cae, denominado Márcia Dias Costas Nunes, e adota outra providência”, que deu origem ao processo número 28/2018; 45/2017, de autoria do Senhor Governador do Estado, que “institui a Escola Estadual Nossa Senhora de Fátima – O Pelicano, no município de Natividade”, que deu origem ao processo número 281/2017; 48/2017, de autoria do Senhor Governador do Estado, que “altera a Lei número 3.191, de 02 de março de 2017, que reconhece a existência da Escola Estadual Zacharias Nunes da Silveira, inscrevendo-a na relação de Unidades Escolares da Rede Estadual de Ensino Público e adota outras providências”, que deu origem ao processo número 284/2017; 06/2018, de autoria do Senhor Deputado Wanderlei Barbosa, que “institui o Estatuto da Pessoa com Câncer no Estado do Tocantins”, que deu origem ao processo número 19/2018; 234/2018, de autoria da Senhora Deputada Valderez Castelo Branco, que “declara de utilidade pública estadual a Associação Comunitária dos Pequenos Lavradores de Araguatins, Acopla II, na cidade de Araguatins”, que deu origem ao processo número 23/2018; 23/2018, de autoria da Senhora Deputada Luana Ribeiro, que “cria o Programa de



ESTADO DO TOCANTINS PODER LEGISLATIVO

Incentivo à Leitura no âmbito do Estado do Tocantins”, que deu origem ao processo número 25/2018; os quais votados, foram aprovados e encaminhados à segunda fase de discussão e votação. Foram anunciados, em primeira fase de discussão e votação, os Projetos de Resolução números: 02/2018, de autoria do Senhor Deputado Wanderlei Barbosa, que “cria a Comissão Permanente de Assuntos Indígenas, Quilombolas e Comunidades Tradicionais”, que deu origem ao processo número 61/2018; 07/2017, de autoria da Senhora Deputada Valderez Castelo Branco, que “dispõe sobre a criação de aplicativo gratuito de tecnologia móvel, para acesso rápido dos cidadãos às leis estaduais que lhe instituem direitos”, que deu origem ao processo número 262/2017; os quais votados, foram aprovados e encaminhados à segunda fase de discussão e votação. Em seguida, o Senhor Presidente, por solicitação do Senhor Deputado Olyntho Neto, autor da matéria, retirou da pauta de votação da Ordem do Dia o Projeto de Resolução número 08/2015, que “altera a redação do Art. 53 e do Art. 73 da Resolução número 201, de 18 de setembro de 1997, que institui o Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins”, que deu origem ao processo número 292/2015. Foi anunciado, em primeira fase de discussão e votação, o Projeto de Lei Complementar número 1/2018, de autoria do Tribunal de Justiça do Estado, que “altera o art. 15 da



ESTADO DO TOCANTINS
PODER LEGISLATIVO

Lei Complementar número 10, de 11 de janeiro de 1996, que institui a Lei Orgânica do Poder Judiciário do Estado do Tocantins, acrescenta o art. 16-A e a Seção VIII, do Título II, Capítulo I da mesma Lei Complementar e adota outras providências”, que deu origem ao processo número 92/2018, o qual votado, nominalmente, foi aprovado, com dezessete votos sim, perfazendo um total de dezessete votantes, e encaminhado à segunda fase de discussão e votação. Foi anunciado, em primeira fase de discussão e votação, o Projeto de Lei Complementar número 03/2017, de autoria do Ministério Público do Estado do Tocantins, que “revoga o inciso VI, do art. 23 da Lei Complementar Estadual número 51, de 02 de janeiro de 2008, que institui a Lei Orgânica do Ministério Público do Estado do Tocantins e dá outras providências”, que deu origem ao processo número 254/2017, o qual votado, nominalmente, foi aprovado, com dezessete votos sim, perfazendo um total de dezessete votantes, e encaminhado à segunda fase de discussão e votação. Foi anunciado, em primeira fase de discussão e votação, o Projeto de Lei Complementar número 1/2017, de autoria do Ministério Público do Estado do Tocantins, que “altera a Lei Complementar número 51, de 02 de janeiro de 2008, que institui a Lei Orgânica do Ministério Público do Estado do Tocantins, e dá outras providências”, que deu origem ao processo número 19/2017; o



ESTADO DO TOCANTINS PODER LEGISLATIVO

qual votado, nominalmente, foi aprovado, com dezessete votos sim, perfazendo um total de dezessete votantes, e encaminhado à segunda fase de discussão e votação. Foi anunciado em primeira fase de discussão e votação, o Projeto de Lei número 02/2017, de autoria da Defensoria Pública do Estado do Tocantins, que “dispõe sobre a alteração de artigos da Lei número 2.252, de 16 de dezembro de 2009, e adota outras providências”, que deu origem ao processo número 155/2017, o qual, votado, foi aprovado e encaminhado à segunda fase de discussão e votação. Foram anunciados, em fase única de discussão e votação, os Requerimentos números: 266, 267, 268, 257, 262, 263, 264, 265, 256, 259, 260, 251, 253, 254, 255, 211, 252, 236, 237, 233, 234, 258, 96, 97, 98, 99, 100, 101, 102, 103, 104, 105, 106, 107, 108, 109, 110, 111, 112, 113, 114, 115, 116, 117, 118, 119, 120, 121, 123, 124, 125, 126, 127, 128, 129, 130, 131, 239, 240, 228, 229, 230, 231, 135 e 232, os quais, votados, foram aprovados e encaminhados à Secretaria para providenciar. No horário destinado às Discussões Parlamentares, o Senhor Presidente transferiu a inscrição do Senhor Deputado para a Sessão subsequente. Logo após, o Senhor Presidente encerrou a Sessão às doze horas e quarenta e três minutos, convocando Sessão Ordinária para dia e hora regimentais. Para constar, lavrou-se a



ESTADO DO TOCANTINS
PODER LEGISLATIVO

presente Ata, que aprovada será assinada pela Comissão Executiva e encaminhada à publicação.

1º Secretário

Presidente

2º Secretário